

RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Fundação Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas estabeleceram uma parceria no sentido de elaborar um mapa de conhecimento sobre o universo das pessoas portadoras de deficiência (PPDs). A pesquisa foi desenvolvida pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) do IBRE/FGV com o objetivo de subsidiar políticas e ações dos setores público, privado e da sociedade civil voltadas para as pessoas com deficiência. Identificamos o perfil sócio-econômico-demográfico deste segmento, descrevemos as políticas que visam proporcionar a inserção social das pessoas com deficiência nas áreas de saúde, educação, transferência de renda, acessibilidade e de inserção trabalhista, avaliando as práticas correntes e possíveis ações complementares.

O resultado é composto por um livro e um banco de dados de dois CDs acoplado de softwares de busca. O banco de dados é baseado na aplicação de técnicas empíricas a dados estatísticos, em particular através do processamento de uma formidável coleção de microdados e da consolidação de informações secundárias e de diversos órgãos (IBGE, Seade, MTE, MS, MEC, MPS, MAS, CORDE, OIT dentre outros), permitindo responder questões como quantos são, quem são, onde moram, o que fazem, em que setores trabalham, onde estudam, se recebem benefícios sociais, que tipo de ativos dispõem, se tem acesso a serviços de saúde e outras. Estas informações estão disponibilizadas através de tabelas e um software interativo que permite traçar mapas sob medida. Há ainda um banco de referências bibliográficas e legais em diversas áreas do conhecimento voltadas para as pessoas com deficiência. Este material com mais de 1 Gigabyte de tamanho está disponível em meio físico e no site www.fgv.br/cps.

A Palavra da Fundação Banco do Brasil

“Retratos tem o poder de despertar, conscientizar, mobilizar e corrigir. retratos da deficiência no Brasil chegou para isso, afinal, a diversidade inclui todo mundo – inclui você.”

A Palavra da Fundação Getúlio Vargas

“A principal característica da pesquisa é a sua multidimensionalidade uma vez que abordamos diversos tipos e graus de deficiência usando múltiplas bases de dados, isto num país desigual de dimensões continentais. Esta complexidade deve ser resumida para que possamos dar conta da floresta sem perder de perspectiva a diversidade de suas árvores”.

O Resultado dessa Parceria

“Um retrato sem retoques do universo das pessoas portadoras de deficiência estabelecendo diagnósticos e propondo alternativas de políticas de inclusão social a serem implementadas, passando por diversos canais de inserção como escola, saúde, família, transferência de renda, até a sua inclusão trabalhista, anseios do cidadão em geral”.

Geografia da Deficiência

“Segundo o Censo 2000 cerca de 14,5% da população brasileira são PPDs, cerca de 24,5 milhões de pessoas.”

“De acordo com o Censo Demográfico 2000 os estados que apresentam as maiores taxas de PPDs são a Paraíba (18,76%), Rio Grande do Norte (17,64%), Piauí (17,63%), Pernambuco (17,4%) e Ceará (17,34%), enquanto que os cinco estados que apresentam as menores taxas de pessoas com deficiência são: São Paulo (11,35%), Roraima (12,5%), Amapá (13,28%), Distrito Federal (13,44%) e Paraná (13,57%)”.

“Paradoxalmente, cinco municípios nordestinos encabeçam a lista das menores taxas de deficiência. O município com a menor taxa de PPDs, 0.5%, é Fernando de Noronha aonde a topografia das belas praias não ajuda a acessibilidade das PPDs”

“São Gonçalo do Piauí a 130 quilômetros de Teresina apresenta a maior taxa de PPDs, 33.4%, sendo que mais de um terço das PPDs de lá vem de outras cidades. Outra São Gonçalo de Gurguéia também no Piauí é a quinta menor taxa com 3.10% de PPDs, menos de 10% destas vem de outras cidades. Esta migração de PPDs rumo às áreas com melhores condições de acessibilidade explica parte dos diferenciais de taxas de PPDs entre municípios de um mesmo estado”.

“Olhando dentro dos municípios: No subdistrito de Cruzeiro, por exemplo, a taxa de deficiência é a menor do Distrito Federal (8,32%), em Lago Sul, o terceiro subdistrito no ranking dos 5 menos (9,54%), a educação média das PPDs chega a quase 11 anos”

“Cerca de 17,4% dos que vivem em aglomerados rurais apresentam alguma deficiência, ao passo que no caso de áreas urbanizadas essa incidência é de 14,33%”.

Conceitos de Deficiência

“O Censo de 2000 incorporou não apenas uma maior variedade de tipos de deficiências, como seus respectivos graus, distribuídos da seguinte forma: deficiência mental (11,5%); tetraplegia, paraplegia, ou hemiplegia (0,44%); falta de um membro ou parte dele (5,32%); alguma dificuldade de enxergar (57,16%); alguma dificuldade de ouvir (19%); alguma dificuldade de caminhar (22,7%); grande dificuldade de enxergar (10,50%); grande dificuldade de ouvir (4,27%), grande dificuldade de caminhar (9,54%); incapaz de ouvir (0,68%); incapaz de caminhar (2,3%) e incapaz de enxergar (0,6%)”.

“Outra novidade é que os indivíduos auto-avaliaram essas capacidades, considerando o uso de aparelhos auditivos, óculos, lentes de contato, próteses e bengalas. Isto permite dar maior ponderação ao fator econômico, captando indiretamente aquelas pessoas que detêm recursos para gastos com equipamentos corretivos da deficiência”.

“A nova taxa oficial de PPDs é até 12 vezes superior àquela observada em levantamentos anteriores pelo fato de incorporar pessoas com alguma ou grande dificuldade de ouvir, enxergar e andar.”

“Se restringirmos a análise àquelas pessoas com percepção de incapacidade (PPI) estrita chegamos ao contingente de 2,5% da população brasileira número próximo a taxa de PPDs de levantamentos anteriores”.

“O acúmulo dos anos de vida estaria menos associado com o advento das PPIs do que as verificadas em geral nas PPDs. A taxa de percepção de incapacidade para as pessoas com mais de 60 anos é de 7,3%, número esse bastante inferior do encontrado para as deficiências em geral 49,6%”

“Até 2025, mantidas as taxas de deficiência e incapacidades por faixa etária, as taxas agregadas devem atingir 18,6% e 3,01%, respectivamente, crescendo com relação a 2000 cerca de 30,6% e 19,3%. É preciso preparar adequadamente o acervo de políticas e práticas para os efeitos da transição demográfica e da onda de violência, hoje”.

Retratos da Deficiência

“As mulheres são a maioria entre PPDs (54%), influenciado pela maior longevidade feminina. Os homens são a maioria entre as pessoas com percepção de incapacidade (PPIs) (56%), mais expostos à violência e acidentes em particular durante a juventude”.

“13,78% dos brancos apresentam alguma deficiência, enquanto que entre os negros chega a 17,47%, semelhante a dos índios (17,06%). Negros e índios apresentam também maiores taxas de incapacidade, 3,1% e 2,8%, respectivamente, enquanto as menores foram obtidas pelos amarelos (2,4%) e brancos (2,5%) o que pode ser reflexo de menor acesso e consumo dos serviços de saúde desses dois extratos da população”.

“No que diz respeito às chances condicionais de adquirir deficiência e incapacidade segundo a raça, observa-se que os afro-descendentes possuem 9% e 3% a mais de chances de serem portadores de deficiência e perceptores de incapacidade, respectivamente, se comparados aos não afros, com mesma idade, gênero, estado de moradia entre outras”.

“Existem diferenças entre grupos do tema diversidade. A deficiência é uma característica adquirida assim como, por exemplo, a pobreza ou a idade, já gênero e raça são atributos fixos. Toda pessoa é passível de adquirir alguma deficiência física ou mental ao longo do seu ciclo de vida. O tratamento das políticas públicas à questão da deficiência está também relacionado a um seguro social de caráter universal”.

“Entre as pessoas com deficiência que vivem em domicílios coletivos cerca de 44% possuem deficiência mental. Este problema é objeto de um novo programa do governo federal chamado “De volta para casa”, dando às famílias uma ajuda de custo para abrigar pessoas com deficiência mental.”

“As PPDs e as PPIs em média são mais excluídas de novas tecnologias, 6,5% e 6,04% não possuem computador em casa, contra 10,2% da população em geral. Ações de inclusão digital são particularmente relevantes neste grupo, permitindo transpor barreiras”

“A escolaridade média das pessoas com deficiência é um ano menor que do grupo de pessoas sem deficiência. As taxas daqueles que nunca frequentaram escola são 16,3%, 21,6% e 33,7% para a população em geral, para os subgrupos de pessoas com deficiência e pessoas com percepção de incapacidade, respectivamente”.

“Pessoas com deficiência e aquelas com percepção de incapacidade concluem com menor frequência as séries em idade hábil, e interrompem o processo educacional, especialmente na fase de alfabetização. Um reflexo é a maior taxa de matrícula em alfabetização de adultos, uma vez que cerca de 32% e 11% do total das matrículas nesse nível de ensino são de pessoas com deficiência e pessoas com percepção de incapacidade, respectivamente”.

“A taxa de incidência de deficiência entre pai, mãe e sogro é de 53 %, seguidas daquelas obtidas por chefes de família (24,3%) e cônjuges (18,1%), o que corrobora o impacto da idade. A informação é preocupante, pois chefes de família e de cônjuge são os principais provedores de renda dentro da família”.

“Entre as pessoas com percepção de incapacidade, observa-se uma alta incidência entre os que nunca formalizaram uma união (3,1%), enquanto que entre os que casaram no civil e no religioso essa taxa é de 2,7%. Esses resultados acabam refletindo a maior dificuldade dessas pessoas de estabelecerem laços matrimoniais e de constituírem família quando comparados as pessoas com deficiência em geral”.

Pobreza e Desigualdade

“A diversidade brasileira está em cada um, tendo sido comparada a um caldeirão fervente mesclando etnias, crenças e religiões. Na nossa pseudo-democracia racial todos tem mesma cor, só que os verdes mais escuros costumam morar em barracos e subir no elevador dos fundos dos prédios dos verdes claros”.

“O combate à pobreza e à desigualdade passa por reconhecer diferenças e impedir que estas diferenças se traduzam em desigualdades. Diversidade não deve ser sinônimo de adversidade para os diferentes. Isto significa tratar os desiguais na medida da sua desigualdade. Mas para isto a sociedade precisa conhecer em profundidade cada grupo excluído”.

“Grande parte da população de PPIs são miseráveis: 46% contra 29% da população com deficiência no sentido amplo”.

“O atributo ser portador de algum tipo de deficiência, ou incapacidade, tem uma contribuição baixa na desigualdade de renda familiar per capita 0,26% e 0,10% no caso das PPIs. Estes valores se situam em níveis bem inferiores ao poder explicativo da escolaridade: 36,6% e da idade 6,9%”.

Trabalho e Políticas de Cotas:

“A categoria de posição na ocupação mais expressiva da população brasileira é de inativos, entre as pessoas sem deficiência esse número chega a 32%, ao passo que na de PPDs cerca de 52%”.

“Observa-se que a renda média do trabalho das pessoas sem deficiência é R\$643, enquanto que a média de renda das PPDs é de R\$529”.

“A lei de cotas estipula pisos percentuais diferenciados de contratação de empregados, dependendo do tamanho da empresa. Por exemplo, empresas entre 500 e 1000 funcionários tem de contratar pelo menos 4% de PPDs, enquanto as empresas acima deste porte tem de dispor de 5% ou mais de PPDs em seu quadro funcional. As lições desta análise geram subsídios para avaliação do desenho de cotas empregatícias em outros aspectos do tema diversidade, em particular nas ações afirmativas voltadas para afro-descendentes, hoje em pauta no debate brasileiro”

“Num universo de 26 milhões de trabalhadores formais ativos, 537 mil são pessoas com deficiência, representando 2,05% do total de empregados, segundo as próprias firmas. Na ótica regional Rio Grande do Sul (3,10%), São Paulo(2,73%) e Distrito Federal (2,19%) apresentam as maiores taxas de empregabilidade de PPDs entre os empregados formais. Rondônia (0,57%), Tocantins (0,55%) e Piauí (0,63%) são os que apresentam as menores porcentagens de contratações de PPD’s”.

“Estabelecimentos com menos de 100 funcionários, que por lei não têm obrigação de contratar pessoas com deficiência apresentam uma taxa de empregabilidade média de PPDs de 1.05%, inferior ao conjunto de empresas. Essas por sua vez estão longe de adequar-se à lei. As empresas empregadoras de 100 a 200 funcionários apresentam uma taxa de empregabilidade média de 2.7% contra os 2% mínimos exigidos pela lei. Nas empresas com 201 a 500 empregados verifica-se uma taxa de empregabilidade de PPDs de 2.9% contra a cota exigida por lei de 3%. Quando são examinadas empresas que possuem de 501 a 1000 empregados, observamos uma taxa de empregabilidade de PPDs de 2.8% contra 4% da cota exigida. Descumprimento similar à lei é observado nas empresas com mais de 1000 funcionários, pois a legislação determina que essas empresas ofereçam pelo menos 5% de seus postos de trabalho às pessoas com deficiência contra 3.6% da taxa de empregabilidade média observada na prática.”

“As chances de encontrarmos uma pessoa com deficiência com as mesmas características (sexo, escolaridade, idade etc) trabalhando em empresas com menos de 100 empregados, não sujeitas às cotas, é duas vezes maior do que naquelas com mais de 1000 trabalhadores”.

“A lei de cotas, vigente desde 1999, passou a ser o principal instrumento disponível às pessoas com deficiência para barganhar um lugar no mercado de trabalho formal que no entanto não é cumprida. A adequação aos termos fixados em lei imporia a criação de 518.012 novos postos formais de trabalho para PPDs, praticamente dobrando o contingente hoje observado”.

“Seriam as empresas com 1000 ou mais empregados as maiores geradoras de emprego, cerca de 310.081 de novas vagas para trabalhadores com algum tipo de deficiência. Elas contratam apenas 2,3% de PPDs do seu quadro de funcionários contra os 5% exigido em lei”.

Sugestões de Políticas:

“Uma forma de conciliar justiça social e eficiência econômica seria fazer com que as empresas que não cumprissem as cotas contribuíssem para um fundo que financiasse ações voltadas às PPDs.”

“É importante pensar em ações complementares que dêem as motivações para que este grupo possa avançar de maneira mais autônoma e independente. Uma idéia nesta linha é fornecer um adicional de renda além do piso constitucional condicionado ao investimento das pessoas com deficiência em sua educação. A iniciativa atenderia uma reclamação freqüente das empresas: a carência de um contingente de pessoas com deficiência com as qualificações necessárias”.

“A Constituição brasileira garante um salário mínimo mensal àquelas com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo, critério de elegibilidade do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Verifica-se que, em 1996, foram concedidos 384.232 benefícios e em 2001 esse número aumentou 348% (1.3319.199). Os recursos também tiveram aumento expressivo, passando, em 1996, de R\$ 193,9 milhões para R\$ 2,694 bilhões, em 2001”.

“A parcela da renda oriunda do estado para as pessoas com deficiência pobres é de 30% da renda total contra 16% do conjunto da população. Uma sugestão seria introduzir a possibilidade de colateralização dos benefícios sociais para aquisição de equipamentos corretores de deficiência. Na prática se permitiria a antecipação de alguns dos benefícios para financiamento de próteses, órteses, aparelhos de audição, óculos etc.”

“As informações já cadastradas deste público em particular os fluxos de rendas prospectivos, alguns garantidos pela constituição, tornam o custo de coleta de informações e o risco de crédito condicionado às informações já disponíveis particularmente baixos. O melhor retorno que a sociedade poderá obter de políticas já em operação como o BPC e as cotas, é permitir que as oportunidades por elas criadas sejam plenamente aproveitadas”.

“É preciso que, pelo menos, uma parcela expressiva da população composta por pessoas com deficiência, deixem de ser objetos da mera filantropia institucional para se tornarem sujeitos protagonistas das melhoras alcançadas em suas vidas”.

1 - RETRATOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A estrutura da monografia se divide na introdução e mais cinco capítulos que compõem, de modo geral, as diversas fases de um programa de inclusão social, quais sejam, o diagnóstico, a construção de um arcabouço integrado de políticas e a identificação dos alvos das ações, a análise de políticas setoriais e a avaliação de impacto de ações específicas.

RETRATOS ANTIGOS DA DEFICIÊNCIA

- Para cada 10.000 habitantes, cerca de 15,6 e 11,4 eram cegos e surdos-mudos, respectivamente enquanto que a incidência dessas deficiências na população de 1920 foi de 9,7 e 8,5. (Inquérito 1872 e Censo 1920)
- Cerca de 1,78% brasileiros são PPDs (PNAD 1981)
- As PPDs correspondem cerca de 1,15% da população brasileira (CENSO 1991)
- Em São Paulo 1,03% são PPDs” (PCV 1998)

RETRATO DE ALTA DEFINIÇÃO: O CENSO 2000

- O Censo Demográfico 2000 nos permite estudar interações entre diferentes tipos de deficiências, pois realizou no seu questionário cinco perguntas sobre o assunto contra apenas uma pergunta do censo 1991. Dessa maneira, torna-se possível enriquecer o estudo com informações obtidas a partir de interações entre essas perguntas, obtendo ampla diversidade de combinações de tipos e graus de deficiências.
- Cerca de 14,5% da população brasileira são PPDs, 24,5 milhões (Censo 2000)
- A nova metodologia do censo multiplicou por 12,6 a proporção de pessoas com deficiência ao incluir nesse universo os indivíduos com alguma ou grande dificuldade de ouvir, andar ou enxergar.

Consequência:

O aumento da heterogeneidade do grupo deslocou os resultados empíricos encontrados em relação àqueles da literatura

Solução:

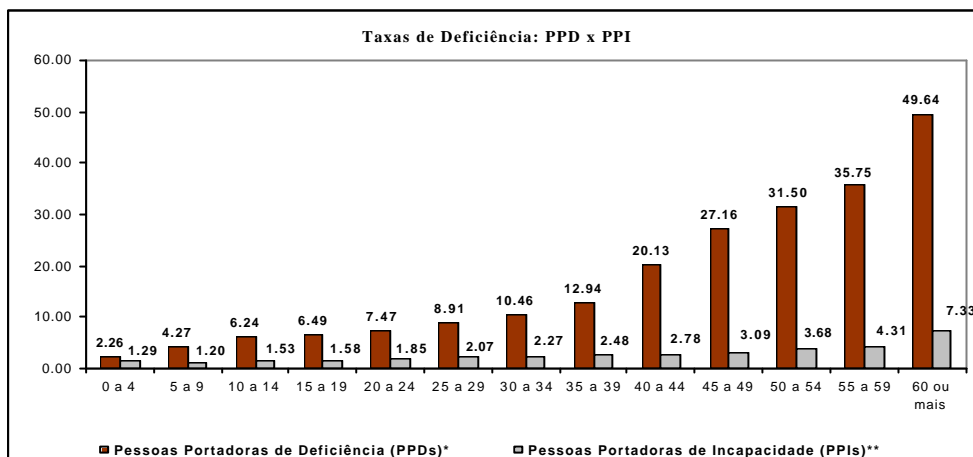
Trabalhar além do número oficial de PPDs, ou seja, com as pessoas perceptoras de incapacidade (PPIs)

Pessoas com percepção de incapacidade (PPIs)

- Representam as pessoas com incapacidade de ouvir, andar ou enxergar, com deficiência física ou mental”

- Cerca de 2,5% da população brasileira são pessoas perceptoras de incapacidade, número próximo aos levantamentos anteriores

O Fator Idade PPDs X PPIs

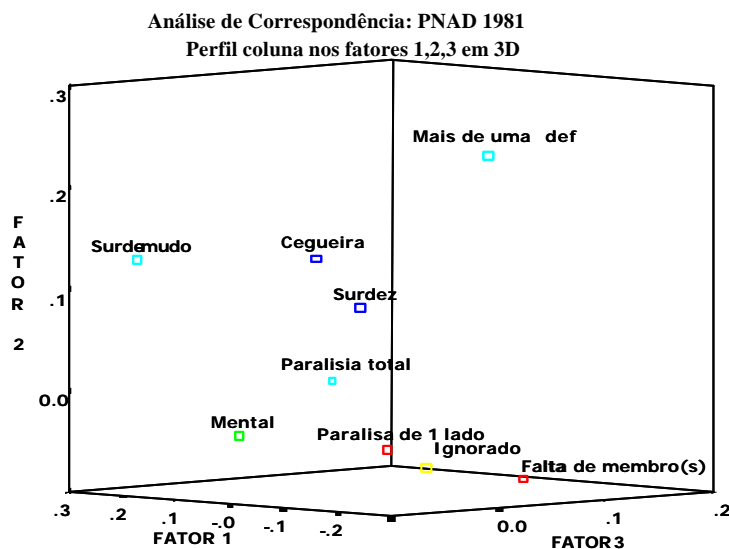


- A taxa de incapacidade para as pessoas com mais de 60 anos é de 7,3%, número esse bastante inferior do encontrado para as deficiências em geral (49,6%).

- O perfil de idade das pessoas com alguma ou grande dificuldade de andar, escutar ou caminhar abrange as faixas etárias que vão de 45 a 59 anos, ao passo que aquelas com grande dificuldade múltipla têm mais de 60 anos.

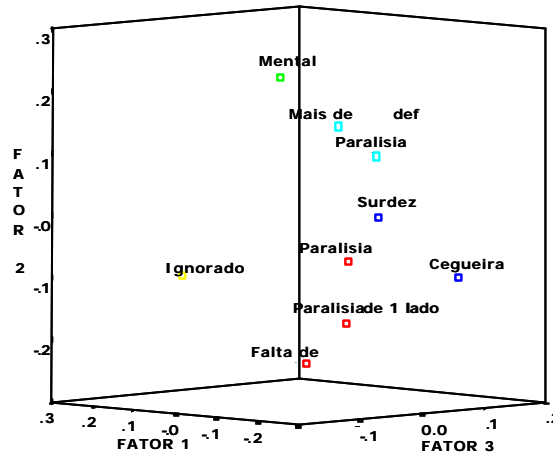
- A iniciativa do censo demográfico de 2000, em contemplar os indivíduos com alguma ou grande dificuldade no universo das deficiências, acabou classificando grande parte da população idosa como tal.

UM RETRATO PANORÂMICO DAS PPDs



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 1981.

Perfil das colunas nos fatores 1, 2 e 3 em 3D (97%)
Censo 1991



A partir desta análise o grupo de PPDs pode ser agrupado nas seguintes categorias

- *Sensorial: formado pelas pessoas com deficiência do tipo surdez e cegueira;*
- *Física-parcial: grupo de indivíduos que apresentam paralisia de um lado, paralisia de perna e falta de membro;*
- *Múltipla: pessoas com mais de um tipo de deficiência e paralisia total;*
- *Mental: pessoas portadoras de algum tipo de deficiência mental.*

Análise de correlações entre dados espaciais

Gráfico 1

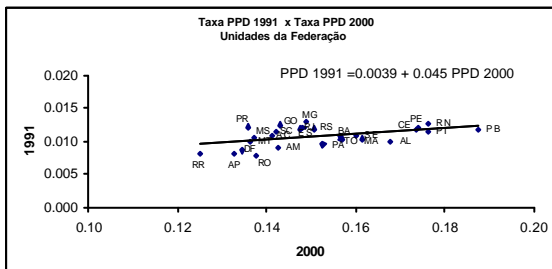


Gráfico 2

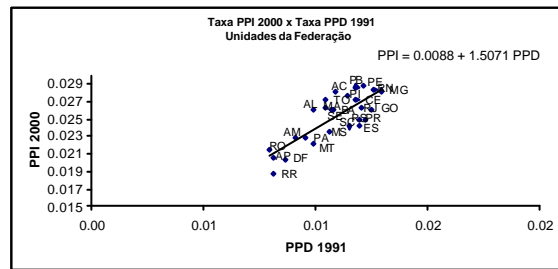


Gráfico 3

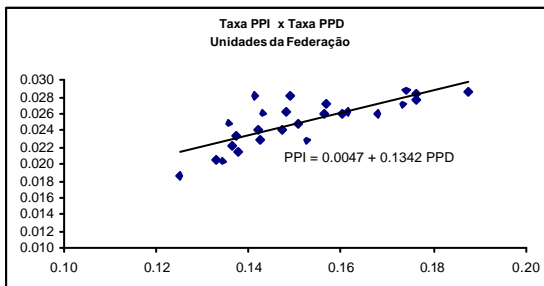
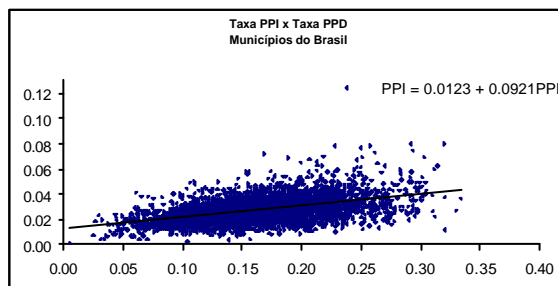


Gráfico 4



Observamos no gráfico 1 uma relação pouco pronunciada entre as taxas de deficiência entre estados, segundo os Censos de 1991 e de 2000, o que evidencia a incongruência observada entre os resultados censitários, como função da mudança dos critérios de classificação das pessoas com deficiência. Dados de ocupação mais recentes da região Norte e das unidades mais pobres do Nordeste tendem a ficar abaixo da curva (a exceção é Pernambuco) enquanto os das mais ricas do Sul e do Sudeste (exceto o Distrito Federal) situam-se acima da curva, - a inversão reflete a maior importância do fator econômico na nova metodologia censitária. A relação entre as taxas de PPDs, de 1991, e as taxas de PPI, de 2000, guardam uma ligação mais próxima do que as taxas de PPDs dos dois anos censitários (gráfico 2), ou entre as taxas de PPD e PPI para o Censo 2000 (gráfico 3, em nível municipal). A lição deste conjunto de análise é que o que denominamos PPIs em 2000, se aproximam mais da taxa de PPDs, segundo o Censo de 1991, do que as taxas oficiais de PPDs, de acordo com o Censo de 2000.

2 – MAPAS DA DEFICIÊNCIA

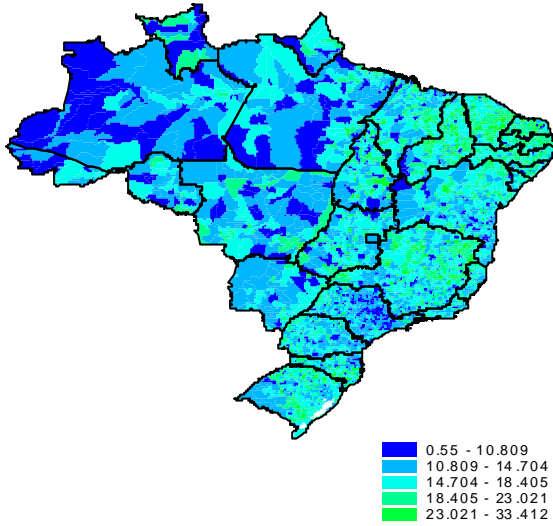
A disponibilidade de microdados originados de pesquisas de campo possibilitam a produção independente de indicadores sociais. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas vem monitorando as condições de vida da população nas diferentes cidades brasileiras de forma a subsidiar políticas locais. Trabalhos como o Mapa do Fim da Fome, lançado no primeiro semestre de 2001 e mais recentemente o Mapa da Exclusão Digital estão integrados no esforço desta monografia de reunir um acervo disperso de informações e de disponibilizá-lo de maneira integrada.

“O Mapa da Deficiência permite identificar espacialmente o público-alvo das ações de políticas de acordo com suas diferentes necessidades e potencialidades”

“Os mapas além de mostrar os níveis geográficos onde há maior incidência de deficiência ou incapacidade permitem avaliar as condições de vida dessa população”

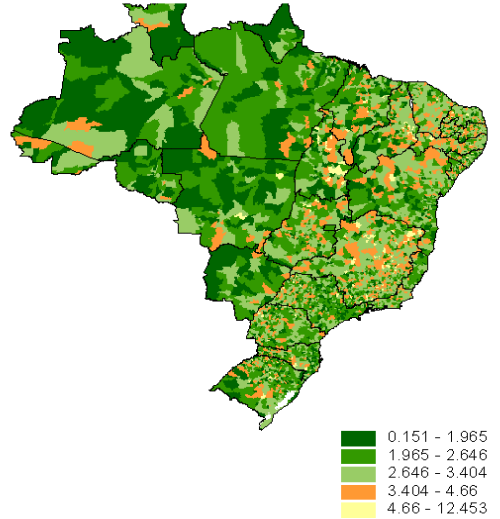
Mapas A : PPDs e PPIs por Municípios

Taxa de PPDs por Município - Brasil
Pessoas Portadoras de Deficiência



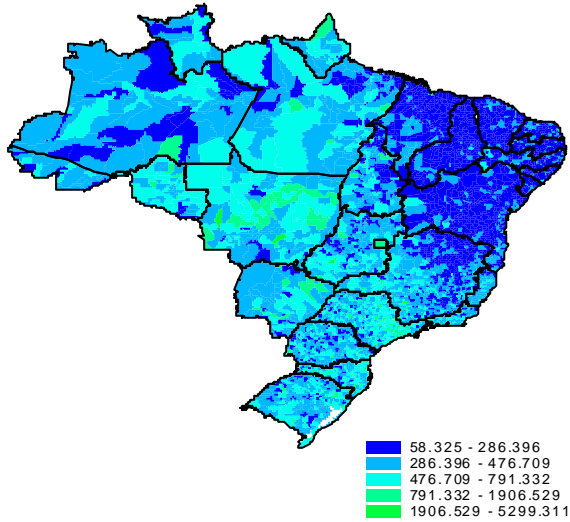
Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Município - Brasil
Pessoas com Percepção de Incapacidade



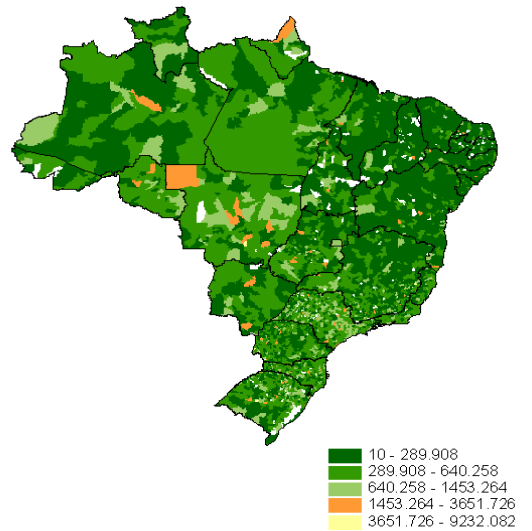
Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Renda Média do Trabalho Principal por Município - Brasil
Pessoas Portadoras de Deficiência



Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

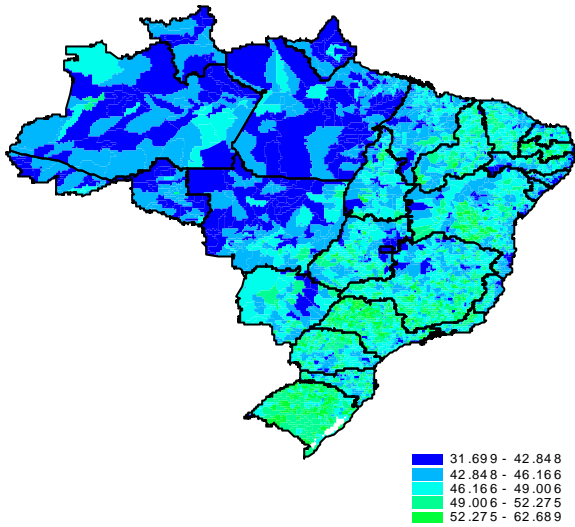
Renda Média do Trabalho Principal por Município - Brasil
Pessoas com Percepção de Incapacidade



Fonte: CPS/ABRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

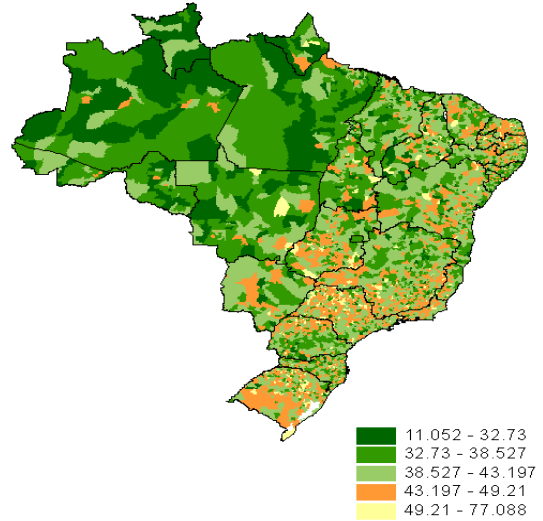
RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Idade Média por Município - Brasil
Pessoas Portadoras de Deficiência



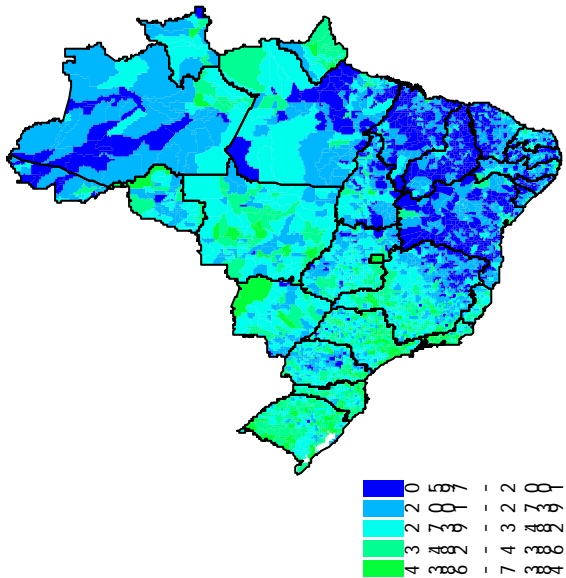
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Idade Média por Município - Brasil
Pessoas com Percepção de Incapacidade



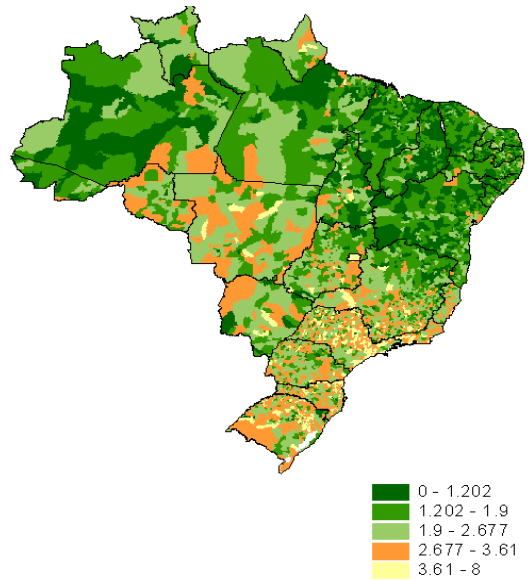
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Educação Média por Município - Brasil
Pessoas Portadoras de Deficiência



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

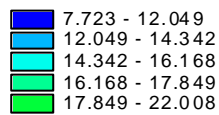
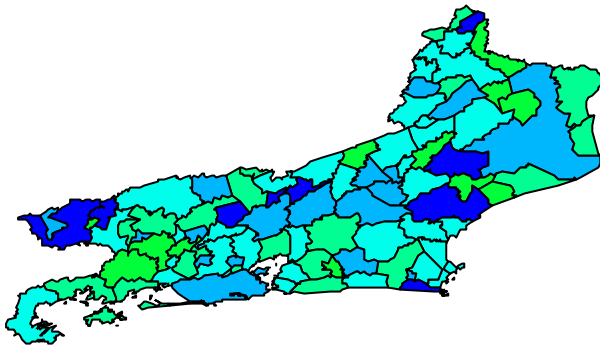
Educação Média por Município - Brasil
Pessoas com Percepção de Incapacidade



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

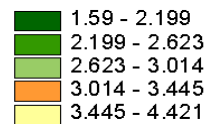
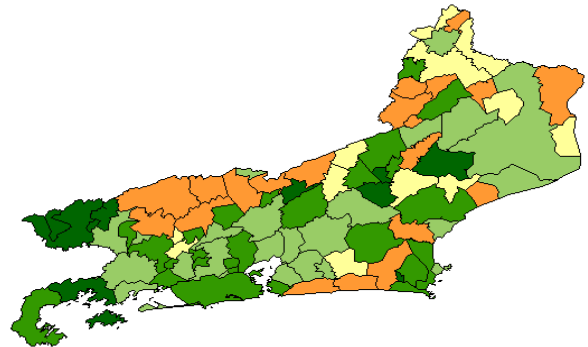
Mapas B: Rio de Janeiro – PPDs e PPIs

Taxa de PPDs por Município - Rio de Janeiro
Pessoas Portadoras de Deficiência



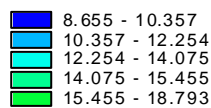
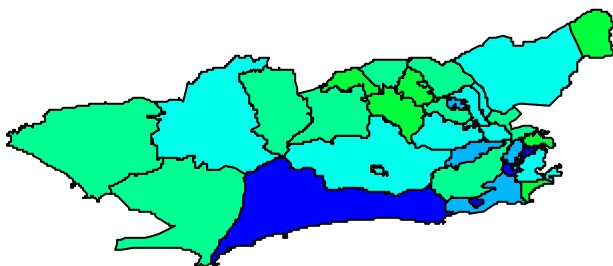
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Município - Rio de Janeiro
Pessoas com Percepção de Incapacidade



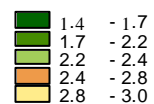
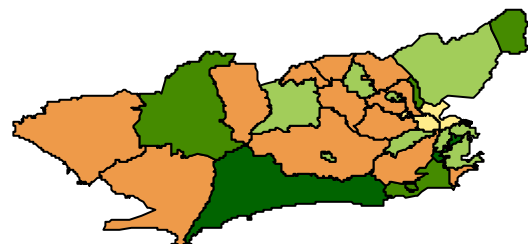
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico 2000/IBGE

Taxa de PPDs por Subdistrito - Rio de Janeiro
Pessoas Portadoras de Deficiência



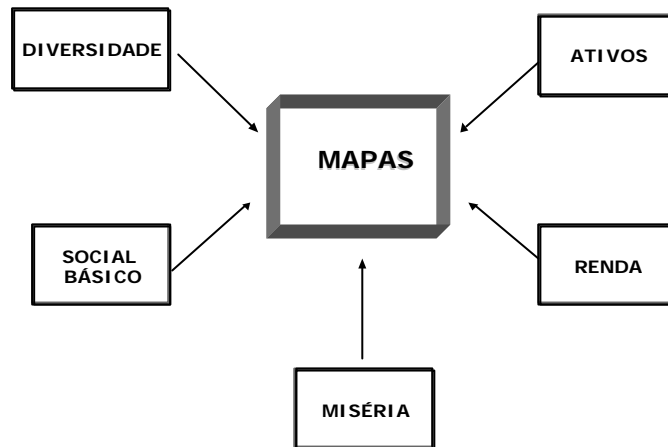
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Taxa de PPIs por Subdistrito - Rio de Janeiro
Pessoas Portadoras de Incapacidade



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico 2000/IBGE

O conjunto de informações espaciais se encontra em cinco mapas temáticos, a saber: mapa da diversidade, mapa social, mapa de rendas, mapa de ativos e mapa da pobreza.



MAPA DA DIVERSIDADE

O mapa da diversidade nos permite desenhar um quadro dos grupos excluídos e da sua relação com as PPDs.

Mapa da Diversidade

	População	Sem voto* %	Idosos** %	Mulheres %	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola* **** %	Sem comput ador %
Total	169872856	31.7	7.91	50.79	44.66	0.43	32.02	24.92	89.8
Não PPD	145272599	35.42	4.58	50.31	44.21	0.42	32.52	24.51	89.17
PPD	24600256	9.7	27.6	53.58	47.36	0.51	29.05	27.34	93.5
PPI	4267930	17.09	23.72	44.33	45.52	0.48	41.62	42.26	93.96

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

* Crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade

** Pessoas com idade acima de 60anos

*** Se declararam de cor preta ou parda

**** Renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo**

*****Sem escola refere-se às pessoas com escolaridade inferior a 1 ano

MAPA SOCIAL BÁSICO

O Mapa Social nos proporciona características básicas, como sexo, idade, escolaridade, renda, jornada de trabalho, percentual de pessoas com idade ativa e renda média.

Mapa Social

	Homens %	Educação*	Idade*	PIA**/pop total	Renda*	Jornada*
Total	49.21	4.81	28.26	65.03%	628.18	43.26
Não PPD	49.69	4.96	25.18	64.04%	643.47	43.34
PPD	46.42	3.95	46.44	70.86%	529.35	42.75
PPI	55.67	2.96	40.9	65.65%	547.08	42.53

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

* Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo,

Jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e à renda do trabalho principal referente à população ocupada

** População em Idade Ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos

As variáveis discretas referem-se à taxa de acesso

“De acordo com o Censo Demográfico 2000 os estados que apresentam as maiores taxas de PPDs são a Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Ceará, enquanto que os cinco estados que apresentam as menores taxas de pessoas com deficiência são: São Paulo, Roraima, Amapá, Distrito Federal e Paraná”.

“Verifica-se que oito dos nove estados nordestinos ocupam as oito piores colocações”

Ranking dos Estados com Pessoas Portadoras de Deficiência

Estados	Porcentagem de Pessoas Portadoras de Deficiência
São Paulo	11.35
Roraima	12.5
Amapá	13.28
Distrito Federal	13.44
Paraná	13.57
Mato Grosso	13.63
Mato Grosso do Sul	13.72
Rondônia	13.78
Acre	14.13
Santa Catarina	14.21
Amazonas	14.26
Goiás	14.31
Espírito Santo	14.74
Rio de Janeiro	14.81
Minas Gerais	14.9
Rio Grande do Sul	15.07
Pará	15.26
Bahia	15.64
Tocantins	15.67
Sergipe	16.01
Maranhão	16.14
Alagoas	16.78
Ceará	17.34
Pernambuco	17.4
Piauí	17.63
Rio Grande do Norte	17.64
<u>Paraíba</u>	<u>18.76</u>

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Notas: * Os valores referentes a essas variáveis são médias. A de educação reporta-se, aos anos médios de estudo, jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente a população ocupada.

Notas: ** População em idade ativa (PIA) pessoas entre 15 e 65 anos.

OBS: Razão entre o valor da variável do Município e o da Unidade da Federação

Da mesma forma que fizemos para o total do país, relacionamos os Mapas da Diversidade e Sociais Básicos dos 5 estados que mais e que menos se destacaram no ranking da deficiência. O mesmo pode ser feito para nível municipal. Podemos ir mais além fazendo o mesmo para os subdistritos, e para título de exemplo da metodologia intramunicipal, escolhemos Brasília como piloto desse tipo de análise.

Ranking dos Municípios e dos subdistritos do DF com maiores e menores taxas de PPDs

Município	UF	% de PPDs	Subdistrito de Brasília	% de PPDs
Municípios com menores taxas			Subdistritos com menores taxas	
Fernando de Noronha	PE	0,55	Cruzeiro	8,32
Jardim de Angicos	RN	2,48	Lago Norte	9,44
Santana do Seridó	RN	2,67	Lago Sul	9,54
Viçosa	RN	2,95	Brazilândia	10,06
São Gonçalo do Gurguéia	PI	3,1	Guará	10,91
Municípios com maiores taxas			Subdistritos com maiores taxas	
Belém do Piauí	PI	31,98	Riacho Fundo	14,93
Irati	SC	32,03	Samanbaia	14,97
Formosa do Sul	SC	32,04	Gama	15,05
Pilões	RN	32,98	Cardangolândia	15,62
São Gonçalo do Piauí	PI	33,41	Santa Maria	15,68

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE

Mapa da Diversidade e Social Básico no Nível Estadual

Mapa Social das Pessoas com Deficiências

Brasil	PPDs%	Homens %	Educação*	Idade*	PIA/total** %	Renda *	Jornada*
	14.5	46.42	3.95	46.44	70.86	529.35	42.75

Os 5 Estados que apresentam as menores taxas de PPDs

UF	PPDs%	Homens %	Educação*	Idade*	PIA/total** %	Renda *	Jornada*
São Paulo	11.35	47.32	4.81	47.69	70.53%	814.2	43.94
Roraima	12.5	51.64	3.93	40.5	74.77%	564.39	42.87
Amapá	13.28	47.08	4.44	39.17	73.91%	585.86	44.23
Distrito Federal	13.44	43.8	5.81	40.04	76.16%	903.2	42.6
Paraná	13.57	48.7	3.95	47.52	71.49	569.34	43.52

Os 5 Estados que apresentam as maiores taxas de PPDs

UF	PPDs%	Homens %	Educação*	Idade*	PIA/total** %	Renda *	Jornada*
Paraíba	18.76	44.75	2.8	47.87	67.16	287.83	38.72
Rio Grande do Norte	17.64	45.56	3.34	46.16	68.39	354.25	41.69
Piauí	17.63	46.34	2.52	46.63	70.25	254.21	39.34
Pernambuco	17.4	44.03	3.46	45.36	69.93	363.75	41.5
Ceará	17.34	46.13	2.97	46.01	68.21	302.43	40.69

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

*Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refer-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se à jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente à população ocupada

**População em Idade Ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos

RETRATOS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Mapa da Diversidade

	Sem voto* %	Idosos**%	Mulheres%	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola****%	Sem computador %
Brasil	9.7	27.6	53.58	47.36	0.51	29.05	27.34	93.5

Os 5 estados que apresentam as menores taxas de PPDs

	Sem voto* %	Idosos**%	Mulheres%	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola****%	Sem computador %
São Paulo	8.2	29.58	52.68	27.92	0.29	13.43	20.21	86.77
Roraima	14.16	17.56	48.36	66.44	6.79	34.59	29.31	96.92
Amapá	15.77	16.26	52.92	71.01	0.87	36.31	26.57	95.94
Distrito Federal	13.26	17.41	56.2	51.93	0.58	16.48	17.18	82.7
Paraná	8.64	28.73	51.3	23.65	0.48	20.35	25.27	92.89

Os 5 estados que apresentam as maiores taxas de PPDs

	Sem voto* %	Idosos**%	Mulheres%	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis* *** %	Sem escola****%	Sem computador %
Ceará	11.44	28.24	53.87	62.07	0.21	47.17	36.58	97.3
Pernambuco	11.15	26.92	55.97	58.72	0.6	41.69	33.11	96.72
Piauí	9.98	28.13	53.66	72.65	0.15	49.77	42.59	98.37
Rio Grande do Norte	10.8	28.38	54.54	58.04	0.13	39.03	32.15	96.99
Paraíba	9.91	31.43	52.25	57.09	0.34	42.93	38.92	97.54

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

* Crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade

** Idade acima de 60anos

*** Se declararam de cor preta ou parda

**** Renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo

***** Escolaridade inferior a 1 ano

Mapa da Diversidade no Nível Municipal

Mapa Social das Pessoas com Deficiências

	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
Brasil	14.5	46.42	3.95	46.44	70.86	529.35	42.75

Os 5 Municípios que apresentam as menores taxas de PPDs

UF	Município	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
PE	Fernando de Noronha	0.55	74.78	83.71	197.05	0.59	69.08	74.18
RN	Jardim de Angicos	2.48	123.92	77.9	183.09	2.5	174.21	126.56
RN	Santana do Seridó	2.67	133.29	41.2	153.81	2.3		113.37
RN	Viçosa	2.95	134.02	41.62	153.44	3.64	75.64	68.45
PI	São Gonçalo do Gurguéia	3.1	71.52	82.19	233.65	3.35	70.47	62.2

Os 5 Municípios que apresentam as maiores taxas de PPDs

UF	Município	PPDs%	Homens%	Educação*	Idade*	PIA/total*	Renda*	Jornada*
PI	São Gonçalo do Piauí	33.41	98.32	92.65	160.05	43.33	94.35	106.25
RN	Pilões	32.98	90.35	73.9	162.06	35.41	126.35	102.44
SC	Formosa do Sul	32.04	94.39	100.03	150.45	41	94.04	100.34
SC	Irati	32.03	96.26	84.82	140.48	36.08	70.22	100.99
PI	Belém do Piauí	31.98	86.3	85.93	148.29	34.6	122.92	104.73

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Notas: * Os valores referentes a essas variáveis são médias. A variável educação refere-se aos anos médios de estudo, jornada refere-se a jornada de trabalho semanal e a renda do trabalho principal referente a população ocupada.

Notas: ** População em idade ativa (PIA) refere-se às pessoas entre 15 e 65 anos.

OBS: Razão entre o valor da variável do Município e o da Unidade da Federação (ambas no grupo analisado).

Mapa da Diversidade no Nível Subdistrital – Exemplo Distrito Federal

Mapa da Diversidade - Subdistritos do Distrito Federal								
	Sem Voto* %	Idosos**% %	Mulheres %	Afro*** %	Indígenas %	Miseráveis ****% %	Sem escola***** %	Sem computado r% %
Distrito Federal	13.26	17.41	56.2	51.93	0.58	16.98	17.18	82.7
Os 5 Subdistritos que apresentam as menores taxas de PPDs								
Subdistritos	Sem Voto* %	Idosos**% %	Mulheres %	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis ****% %	Sem escola***** %	Sem computado r% %
Cruzeiro	8.99	23.05	57.61	30.1	0.52	1.84	7.91	51.26
Lago Norte	16.04	21.92	52.81	37.8	1.35	12	10.97	54.82
Lago Sul	6.74	34.65	52.91	17.73	.	0.88	5.62	25.15
Brazlândia	13.99	17.48	55.73	61.73	1.11	25.45	25.07	94.37
Guará	10.19	22.96	56.67	43.79	0.49	8.65	10.89	69
Os 5 subdistritos que apresentam as maiores taxas de PPDs								
Subdistritos	Sem Voto* %	Idosos**% %	Mulheres %	Afros*** %	Indígenas %	Miseráveis ****% %	Sem escola***** %	Sem computado r% %
Riacho Fundo	18.48	10.07	56.85	55.87	0.18	19.93	14.65	86.37
Samanbaia	18.63	9.84	56.98	59.22	0.53	24	19.5	94.42
Gama	10.5	23.38	56.01	56.27	0.77	15.42	19.09	89.09
Cardangolândia	12.33	13.18	57.53	50.78	1.58	5.33	15.39	83.89
Santa Maria	18.49	8.63	57.95	63.31	0.77	26.13	17.79	95.27

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE.

*Menos de 16 anos de idade.

** Idade acima de 60 anos.

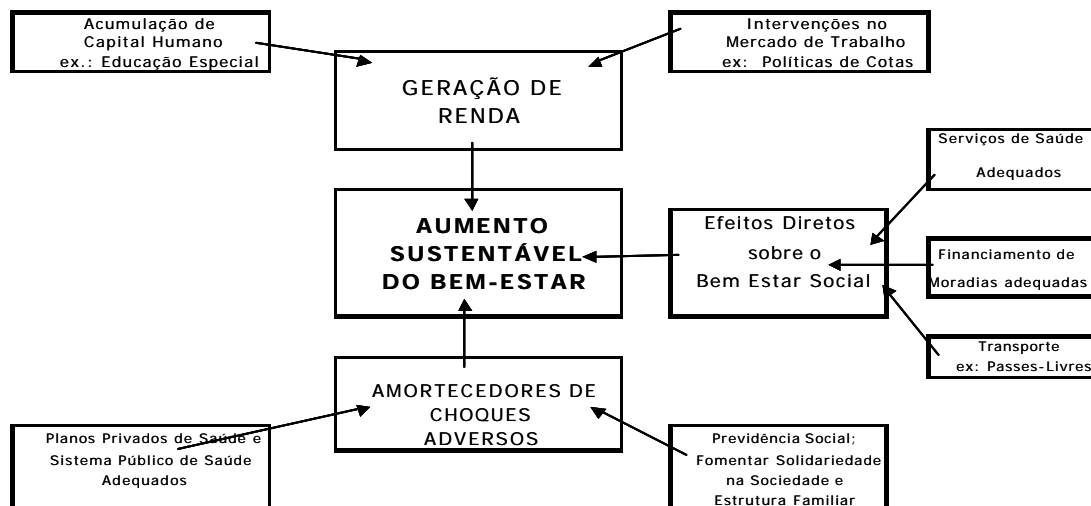
*** Pessoas que se declararam de cor preta ou parda.

**** Pessoas com renda familiar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo.

***** Pessoas com escolaridade inferior a 1 ano.

MAPA DE ATIVOS

O Censo Demográfico 2000 também nos permite criar um Mapa de Ativos para avaliar a posse de bens da população das PPDs, o seu poder aquisitivo e o acesso a bens públicos. Os ativos podem ser estruturados em classes de capital: físico, humano e social. A figura abaixo mostra os diferentes tipos de impactos que o reforço desses grupos de ativos podem exercer no nível de bem-estar social.



Mapa de ativos das Pessoas com Deficiências - (características do domicílio) - Composição Horizontal (%)

	Total de pessoas	Casa	Domicílio alugado	Terreno próprio	pr Domicílio próprio pagando	Lixo coletado	Iluminação elétrica	Tem videocassete	Tem máquina de lavar	Tem microondas	Tem telefone	Tem microcomputador
Total	100.00%	90.82%	12.15%	69.13%	64.49%	70.94%	92.69%	34.28%	31.58%	17.97%	37.11%	10.20%
Não PPD	100.00%	90.58%	12.57%	68.61%	68.73%	71.46%	92.81%	35.71%	32.56%	18.84%	37.80%	10.83%
PPD	100.00%	92.25%	9.65%	72.23%	73.98%	67.89%	92.01%	25.82%	25.75%	12.79%	33.00%	6.50%
PPI	100.00%	91.33%	8.98%	71.14%	73.21%	67.01%	90.04%	24.26%	25.00%	12.16%	31.30%	6.04%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

MAPA DA RENDA

O Mapa de Rendamentos nos apresenta o Índice de Gini para o Brasil e para Unidades de Federação e municípios, o número médio de pessoas nas famílias, a renda familiar per capita, a renda de todas as fontes, renda de todos os trabalhos, renda de aposentadorias e pensões, renda de aluguéis e outras rendas.

**Mapa de Rendamentos das Pessoas Portadoras de Deficiência
Composição das Rendamentos % - Brasil**

	Renda familiar per capita	Trabalho principal	Demais trabalhos	Aposentadorias e pensões	Aluguel	Transferências privadas	Transferências públicas	Outras
Total	100	75.38	2.54	15.83	2.85	1.28	0.31	1.81
PPD	100	61.48	1.77	29.29	3.5	1.39	0.51	2.06
PPI	100	42.15	1.29	46.98	4.44	1.62	0.65	2.86

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE

“Entre PPDs e a população total a maior proporção é da renda proveniente do trabalho principal, 61,48% e 75,3%, respectivamente, enquanto que entre as PPIs as aposentadorias e pensões representam a principal fonte de renda (46,98%), indicando que este grupo depende muito mais de rendas provenientes do Estado do que as pessoas com deficiências em geral, isso já era de se esperar afinal as incapacidades são vistas como grandes obstáculos para a inserção no mercado de trabalho e desse modo dificulta prover a própria renda”.

**Mapa de Rendamentos das Pessoas Portadoras de Deficiência
Rendamentos médias**

	Índice de Gini	N. pessoas na família	Renda familiar per capita	Trabalho principal	Demais trabalhos	Aposentadorias e pensões	Aluguel	Transferências privadas	Transferências públicas	Outras
Total	0.63	2.81	297.44	224.22	7.55	47.1	8.47	3.8	0.92	5.39
PPD	0.6	3.4	208.98	128.48	3.7	61.21	7.31	2.9	1.06	4.31
PPI	0.71	1.16	228.67	96.38	2.94	107.43	10.16	3.71	1.49	6.55

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000

MAPA DA POBREZA

Calculamos aqui o valor do PO, que conta a parcela da população cuja renda familiar per capita está abaixo da linha arbitrada. No estudo adotamos a linha de meio salário mínimo.

“Cerca de 41,62% das PPIs vivem em situação de miséria, e o que surpreende é que a taxa de miseráveis no caso das PPDs é inferior à da população em situação de miséria. Tal fato pode ser creditado a atuação do Estado através de programas de transferências de renda no âmbito da LOAS e do INSS, pois como vimos, no mapa de rendas, 30% da rendas das PPDs decorrem de programas sociais mediados pelo Estado.”

MAPA DA POBREZA

	% de miseráveis
Total	32.02
PPD	29.05
PPI	41.62

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE

MAPA DO FIM DA FOME DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Medidas de Miséria - Linha de R\$81* - 1/2 Salário Mínimo Constante**

UF	% de miseráveis
Acre	41.82
Alagoas	58.19
Amapá	41.49
Amazonas	46.85
Bahia	50.87
Ceará	53.32
Distrito Federal	18.74
Espírito Santo	22.62
Goiás	26.59
Maranhão	62.85
Minas Gerais	24.89
Mato Grosso do Sul	22.76
Mato Grosso	27.96
Pará	48.41
Paraíba	50.04
Pernambuco	48.86
Piauí	56.16
Paraná	20.23
Rio de Janeiro	17.35
Rio Grande do Norte	46.86
Rondônia	34.28
Roraima	38.39
Rio Grande do Sul	16.15
Santa Catarina	14.76
Sergipe	50.04
São Paulo	13.83
<u>Tocantins</u>	50.5

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da amostra do Censo Demográfico 2000/IBGE.

Notas: Membros efetivos do domicílio. *A preços de Acre ajustado pelo custo de vida regional;

Proporção de Miseráveis; *Hiato Médio de Miséria.

****Hiato Quadrático Médio de Miséria; #Participação no Total da Miséria.

“No Maranhão mais da metade da população de pessoas com deficiência vivem em situação de miséria, enquanto que São Paulo e Santa Catarina apresentam as menores taxas de miseráveis”.

ANALISE DA DESIGUALDADE E DIFERENCIAIS DE SALÁRIO

Fazemos a seguir alguns exercícios que nos permitem avaliar a desigualdade de renda no caso específico das PPDs, avaliamos também os diferenciais de salário entre grupos considerando suas causas e conseqüências.

“Avaliando a taxa bruta de contribuição, observamos que o atributo ser portador de algum tipo de deficiência ou incapacidade tem uma contribuição baixa na desigualdade brasileira, sendo entre 0,26% e 1,13% nos dois conceitos de renda analisados para as PPDs e entre 0,10% e 0,34% no caso das PPIs. Estes valores se situam em níveis bem inferiores ao poder explicativo da escolaridade (entre 37% e 42%) e idade (entre 2,3% e 11%)”

“O baixo poder de explicativo das deficiências e incapacidades na desigualdade se dá necessariamente pelo tamanho desses grupos na população e pelo baixo diferencial das rendas observadas entre grupos”

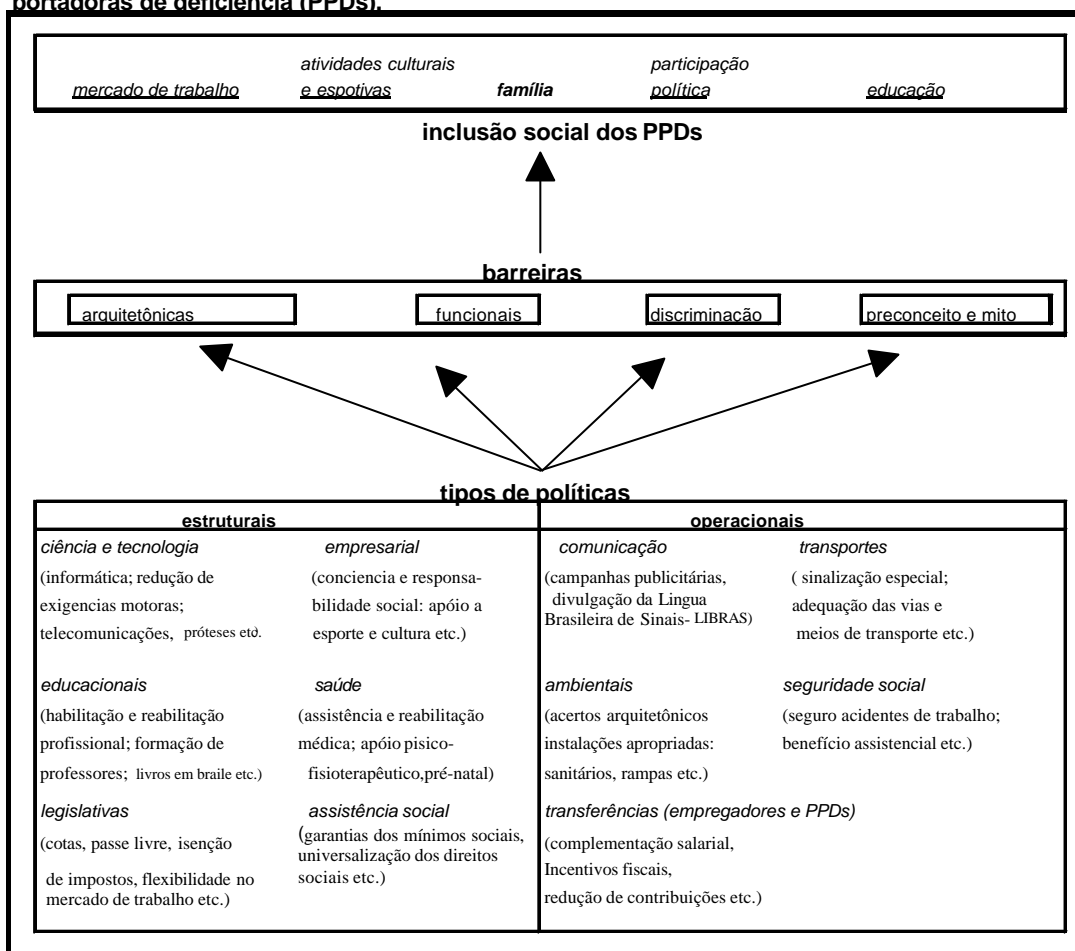
“Entre a população em idade ativa, a soma das três variáveis (PPDs, idade e escolaridade) explicam em termos brutos 51,05% da desigualdade de renda”

“Indivíduos com iguais características (escolaridade, gênero, raça, idade, UF e tamanho da cidade), exceto o fato de possuírem alguma deficiência, ganham 12,65% a menos que aqueles que não possuem deficiência”

3 - INCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS SETORIAIS

Traçamos um arcabouço sintético de políticas que buscam subsidiar o desenvolvimento de ações por meio da proposição de medidas estruturais e operacionais.

Figura 1: Políticas que eliminam barreiras e promovem a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência (PPDs).



A estratégia usada é avaliar os diferentes canais de inserção que possibilitam a esse indivíduo a equiparação de resultados ou de oportunidades com as não PPDs. Enfim, vamos expor as dificuldades desses excluídos e destacar soluções que possam estar presentes nas salas de aula, na assistência à saúde, nos meios de transporte, na prática de esporte, na cultura e no lazer.

SAÚDE

“Segundo dados de 1995 da Organização Mundial de Saúde (OMS) dentre as causas das deficiências destacam-se os transtornos congênitos e perinatais (16,6%), que podem ser consequência da falta de assistência às mulheres na gravidez; as enfermidades transmissíveis (16,8%); as enfermidades crônico-degenerativas (21,0%); as alterações psicológicas (6,6%); o alcoolismo e abuso de drogas (10,0%); as causas externas (18,0%); e desnutrição e outras (11,0%) (Maior, 1995). Quanto a essa última, estima-se que 250 mil crianças por ano tornam-se cegas por causa de deficiência crônica de vitaminas (Cesário, 2001)”.

“O aconselhamento genético e o manejo adequado pré e perinatal poderiam evitar em 50% e 40% os casos de retardo mental e paralisia cerebral, respectivamente.”

“Cerca de 45% das causas de Deficiência Mental (DM) decorrem de causas essencialmente orgânicas, que incidem precocemente, nos períodos pré e perinatal”.

“Além de focar as origens, as políticas de saúde pública também devem atender as demandas sociais, no sentido de assistir esses indivíduos que tiveram a saúde comprometida ou doença já estabelecida. Nesse caso deve-se então acionar o papel da reabilitação”.

“De acordo com dados da PNAD de 1981 menos de 5% das PPDs fazem uso de serviços de tratamento de reabilitação, caindo para 3% entre as PPDs ocupadas. Deve-se ressaltar que o percentual de pessoas com deficiência que estão inseridos em programas de habilitação profissional não chega a 1%.”

EDUCAÇÃO

“Segundo os dados do Censo Demográfico de 1991, cerca de 60% dos indivíduos com deficiência não foram alfabetizados, sendo que as deficiências mentais, auditivas e visuais são aquelas que mais contribuem para essa realidade. Já o percentual de não alfabetizados na população total é bem inferior (23%), o que acaba evidenciando um menor acesso das pessoas com deficiência à educação (Chagas, 1997). Como vimos, a taxa das PPDs e PPIs que têm até um ano de educação é 27,34% e 42,26% respectivamente contra 24,9% do conjunto da população”.

“De acordo com os dados do Censo Escolar MEC, no ano de 2001, observa-se que o número de alunos com deficiência sofreu uma variação positiva de 8%, quando comparado a 1999, passando de 374.699 alunos matriculados para 404.743. A Região Sudeste foi a que sofreu uma maior variação na quantidade de alunos com deficiência matriculados, sendo o incremento de 11,8%, seguidos dos alunos da Região Nordeste (9%), ao passo que o número de matrículas na Região Norte sofreu uma variação negativa de 6,6%”.

“A participação dos alunos por tipo de deficiência praticamente não se alterou entre 1999 a 2001. A variação de matrículas de alunos com deficiência visual caiu 8,23% entre 1999 e 2001; enquanto que para os portadores de condutas típicas cresceu 26,14%. O decréscimo mais acentuado foi com os superdotados, que sofreu reduções na taxa de matrícula na ordem de 19,87%.”

“Dentre os indivíduos matriculados em escolas de ensino especial, cerca de 60% estudam em escolas privadas, ao passo que esse número entre os matriculados na rede de ensino regular é de apenas 12%”.

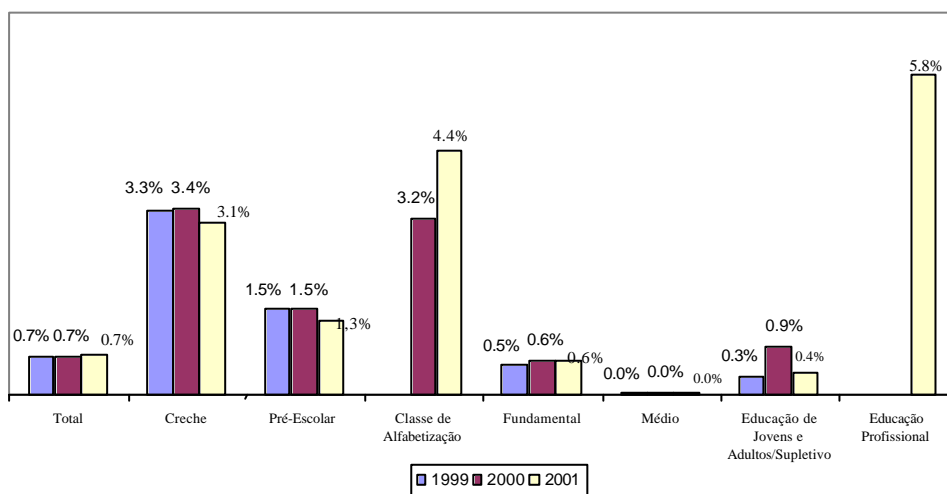
“No Brasil, do total das PPDs, cerca de 12% completaram 4 anos de estudo, enquanto que esse número entre a população total chega a 15%. Quando se avalia o percentual de indivíduos com 8 anos completos de estudo, encontra-se cerca de 2,7% para as PPDs contra 5,6% da população total, enquanto que para 9 a 11 anos de estudo, esses

percentuais encontraram-se aproximadamente em 2,9% e 9,4%, respectivamente, o que evidencia a necessidade de se ultrapassar as exigências de escolaridade dos níveis regulares (Chagas, 1998).”

“A partir da alfabetização a participação das PPDs no total das matrículas vai decrescendo, pois dentre os matriculados na alfabetização no ano de 2001, cerca de 4,4% eram PPDs, enquanto que esse número decresce significativamente para o ensino fundamental (0,6%) e ensino médio (0%). Tal resultado acaba refletindo as dificuldades que as PPDs têm para ampliar seu grau de instrução. Por outro lado, é razoável a participação das PPDs na educação de jovens e adultos (supletivo), o que sugere que anos após a fase regular de idade na inserção educacional, as PPDs tendem a procurar e sentir necessidade de aprendizado”

“Verificou-se através dos dados do Censo 2000 que entre os indivíduos com 16 e 21 anos, cuja idade hábil deveria ultrapassar o ensino fundamental e o primeiro grau, a taxa de matrículas nesses dois níveis educacionais é maior para o grupo de PPDs (1,5%) e PPIs (2,8%), quando comparada à taxa de matrícula estimada para a população sem deficiência com essa idade (1,1%)”.

Gráfico 5: Participação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados no total de matrículas da rede de ensino, segundo o nível de atendimento – Brasil, 1999 a 2001



ESPORTE, LAZER E CULTURA

Segundo o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (ONU, 2001), as oportunidades de freqüentar atividades recreativas, restaurantes, praias, teatros, bibliotecas, cinemas, estádios esportivos, hotéis e outras formas de lazer devem ser para todos os cidadãos. Precisam ser adotadas medidas para que as pessoas portadoras de deficiência possam ser motivadas a usufruir integralmente desses serviços, tendo acesso ainda às atividades culturais (dança, música, literatura, teatro e artes plásticas), utilizando

ao máximo suas qualidades criativas, artísticas e intelectuais, em prol de si mesmas e da comunidade.

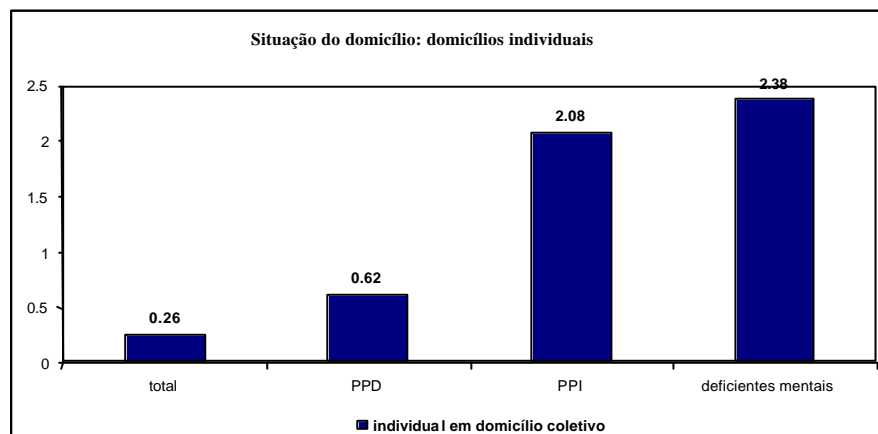
FAMILIA

Não é difícil perceber que o processo de inclusão começa na família, pois ela precisa se dar conta da importância de uma pessoa com deficiência ter estreitas e íntimas relações com as outras, participando da vida normal, integrando-se em grupos sociais diversos.

“O Censo 2000 aponta que entre as pessoas com percepção de incapacidade, cerca de 2,08% moram em domicílios individuais, contra um percentual de 0,62% entre o grupo de pessoas com deficiência e 0,19% para as pessoas sem deficiência, ao passo que entre as pessoas com deficiência mental essa porcentagem é de 2,38%”.

“Quanto às taxas de deficiência verifica-se que, entre as PPDs que vivem em domicílios individuais, 44% possuem doenças mentais.

Ressalta-se que o governo Lula anunciou em maio de 2003 um programa intitulado “De Volta para Casa”, através do qual procura reintroduzir as pessoas com deficiência mental às suas casas mediante incentivo monetário às famílias que se dispuserem a os abrigarem. O projeto faz parte da nova política de saúde mental do governo federal. Trata-se de um auxílio de reabilitação psicossocial, no valor individual de R\$ 240, para que os pacientes possam receber alta dos hospitais e continuar o tratamento em casa.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

AMBIENTE FÍSICO E TRANSPORTE

A inserção ao meio físico e ao transporte está relacionada diretamente com a questão de acessibilidade, ou seja, garantias do direito de ir e vir do cidadão. A acessibilidade surge como atributo imprescindível na sociedade, permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades em educação, saúde, trabalho, lazer, turismo e cultura.

ACÇÕES COMPENSATÓRIAS

Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) apontam que o número de benefícios no Brasil diminuiu sensivelmente entre 1997 e 2000, sinal de possível adequação às tendências verificadas em países desenvolvidos.

Quando a política assistencial é observada sobre o prisma regional, observa-se que a Região Sul, apesar de conceder o menor número de benefícios, é a que tem a maior proporção de beneficiados (9,9%), ao passo que a Sudeste detém a menor parcela de PPDs assistidas. Entretanto, quando a análise é com base no contingente de PPDs avaliado no Censo 2000, nota-se que o número de benefícios e valor é bastante inferior, pelo fato da pesquisa utilizar um conceito de deficiência mais abrangente, permitindo então classificar um número bastante expressivo de PPDs (24.537.984).

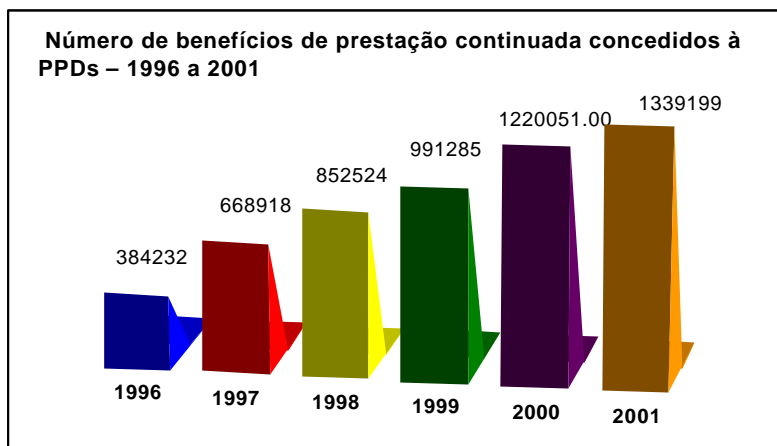
Quantidade e valor de benefícios por PPDs segundo as Grandes Regiões - 2000

	Número de PPDs (Censo 2000)	Qtde benefícios concedidos às PPDs (2000)	Valor dos Benefícios (2000)	Qtde de benefícios por PPD	Valor dos Benefícios Por PPD
Brasil	24537984	107915	15897620.65	0.44%	0.64788
Norte	2077120	11049	1625349	0.53%	0.78250
Nordeste	7973282	38186	5629496	0.48%	0.70605
Sudeste	9350975	36503	5373855.45	0.39%	0.57468
Sul	3538781	11963	1764811.2	0.34%	0.49871

Fonte: CPS com base nos dados do Censo 2000 e MPAS

“Constata-se que as regiões mais carentes são aquelas que possuem maior percentual de assistidas, e que recebem o maior valor do benefício: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul”.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal a idosos com 67 anos ou mais de idade e às pessoas com deficiências que as impedem de trabalhar e de ter uma vida independente. Para ter direito ao benefício é preciso que o indivíduo tenha uma renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo. Portanto, trata-se de um benefício assistencial, pois não exige que o beneficiário tenha contribuído para o sistema previdenciário.



Fonte: Dados do SEAS/2001

4 – INCLUSÃO EMPREGATÍCIA FORMAL

O foco de análise é a política de cotas, implementada em 1999, o principal mecanismo de inserção trabalhista disponível às PPDs. A lei estipula pisos percentuais de contratação de empregados diferenciados, dependendo do tamanho da empresa. Registros administrativos, como a RAIS, permitem monitorar a efetividade de cláusulas sociais da legislação.

“Num universo de 26 milhões de trabalhadores formais ativos, 537 mil são pessoas com deficiência, representando 2,05% do total de empregados, segundo as próprias firmas”.

“As empresas de maior porte estão longe de adequar-se à lei. As empresas empregadoras de 100 a 200 funcionários são responsáveis por 8.5% do emprego formal e são obrigadas a reservar 2% de seus postos para pessoas com deficiência, apresentam uma taxa de empregabilidade média de 2.7% de PPDs”.

“Nas empresas com 201 a 500 empregados, responsáveis por 12% do emprego formal, verifica-se uma taxa de empregabilidade de PPDs de 2.9% contra a cota exigida por lei de 3%. Quando são examinadas empresas que possuem de 501 a 1000 empregados, responsáveis por 8.6% dos postos de trabalho formais, observamos uma taxa de empregabilidade de PPDs de 2.8% contra 4% da cota exigida”.

“Descumprimento similar à lei é observado nas empresas com mais de 1000 funcionários, pois a legislação determina que essas empresas ofereçam pelo menos 5% de seus postos de trabalho às pessoas com deficiência contra 3.6% da taxa de empregabilidade média observada na prática”.

“Neste contexto a adequação aos termos fixados em lei imporia a criação de 518.012 novos postos de trabalho para PPDs, praticamente dobrando o contingente hoje observado. Seriam as empresas com 1000 ou mais empregados as maiores geradoras de

emprego, cerca de 310.081 de novas vagas para trabalhadores com algum tipo de deficiência”.

“As empresas com 201 e 500 funcionários poderiam gerar 85.407 novos postos de emprego, enquanto as demais empresas, com 501 a 1000 empregados e 100 a 200 empregados, ofertariam mais 82.290 e 40.234 vagas, respectivamente”.